

POSSIBILIDADES E LIMITES DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA EQUIPE BÁSICA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARAVILHA/SC

Flavia Roberta Figueiredo¹

Marisete Camini²

RESUMO

O tema central deste artigo é “Possibilidades e limites do trabalho interdisciplinar na equipe básica da Secretaria de Assistência Social de Maravilha/SC”, partindo da problemática em saber “Quais são as possibilidades e limites do Trabalho Interdisciplinar nas equipes mínimas da Secretaria de Assistência Social de Maravilha/SC?”. O objetivo geral é compreender as possibilidades e limites do trabalho interdisciplinar em uma Secretaria de Assistência Social, com vistas a apontar as perspectivas profissionais para a referida área. E os objetivos específicos são: Caracterizar o perfil histórico da política pública de assistência social no Brasil e como ocorreu a profissionalização da mesma; Levantar os principais perfis profissionais da equipe básica inserida nos programas desenvolvidos pelas Secretarias de Assistência Social; Verificar possibilidades e limites dos profissionais envolvidos na equipe básica de assistência social na realização dos atendimentos desta política pública social; Identificar possibilidades viáveis de integração a serem desenvolvidas pelos profissionais da equipe básica dos programas sociais mediante a intervenção interdisciplinar no espaço da assistência social de Maravilha. O trabalho mostra-nos a evolução da Política Pública da Assistência Social e as possibilidades e limites do trabalho interdisciplinar nas equipes mínimas (nos três níveis de proteção) da Secretaria de Assistência Social de Maravilha/SC. A metodologia específica que a pesquisa teve uma abordagem exploratória, no que se refere à natureza dos dados; seu gênero foi bibliográfico, pois está fundamentado em leituras e reflexões de textos, e de campo, pois foram feitos questionários a assistentes sociais, psicólogas e pedagogas da Secretaria de Assistência Social de Maravilha/SC. Conclui-se que o trabalho interdisciplinar nas equipes mínimas (de acordo com os níveis de proteção) é de suma importância para o bom desenvolvimento das diversas atividades realizadas pela Secretaria de Assistência Social de Maravilha/SC, por isso é fundamental que se façam reflexões sobre como este trabalho está acontecendo, suas possibilidades e limites, e quais as melhorias que podem ser feitas para que os trabalhos realizados por esses profissionais sejam cada vez mais qualitativos.

Palavras-chave: Interdisciplinar. Possibilidades. Limites. Assistência Social. Profissionais.

¹ Pós-graduanda em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. Graduada em Assistência Social UNOCHAPECÓ. Pós-graduanda em Políticas Públicas Sociais UNOCHAPECÓ. Pós-graduanda em Práticas e Direitos da Família UNOESC. Pós-graduanda em Gestão de Pessoas Unopar.

² Professora Adjunta da Universidade do Oeste de Santa Catarina, campus de São Miguel do Oeste. Mestre em Serviço Social PUCRS. Especialista em Direitos Sociais e Competências Profissionais UnB. Especialista em Violência Contra Crianças e Adolescentes USP.

ABSTRACT

The central theme of this article is "Possibilities and limitations of interdisciplinary work in basic staff of the Secretariat of Social Assistance of Wonder / SC", leaving the problem to know "What are the possibilities and limits of Interdisciplinary in the minimum staff of the Social Welfare Department Marvel / SC? ". The overall goal is to understand the possibilities and limitations of interdisciplinary work in a Department of Social Services, in order to point out the professional prospects for that area. And the specific objectives are: characterize the historical profile of public policy on social assistance in Brazil and how did the professionalization of the same; Lift the main professional profiles of the core team inserted in the programs developed by the Departments of Social Assistance; Check possibilities and limits of the professionals involved in the core team of social assistance in the realization of this social care public policy; Identify viable possibilities for integration to be developed by professional core team of social programs through interdisciplinary intervention in the space of social assistance Wonder. The work shows us the evolution of Public Policy for Social Assistance and the possibilities and limitations of interdisciplinary work in the minimum teams (the three levels of protection) of the Social Welfare Department of Wonder / SC. The method specifies that the search had an exploratory approach as regards the nature of the data; his genre was literature, as is based on readings and reflections of texts, and of course, since they were made questionnaires to social workers, psychologists and pedagogues of the Social Assistance Secretariat of Wonder / SC. We conclude that the interdisciplinary work in the minimum teams (according to the levels of protection) is of paramount importance for the proper development of the various activities of the Secretariat of Social Assistance of Wonder / SC, so it is essential to make reflections on as this work is going on, its possibilities and limits, and what improvements can be made to the work done by these professionals are increasingly qualitative.

Keywords: Interdisciplinary. Possibilities. Limits. Social assistance. Professionals.

1 INTRODUÇÃO

O tema central deste artigo é “Possibilidades e limites do trabalho interdisciplinar na equipe básica da Secretaria de Assistência Social de Maravilha/SC”. Que objetiva compreender as possibilidades e limites do trabalho interdisciplinar em uma Secretaria de Assistência Social, com vistas a apontar as perspectivas profissionais para a referida área.

Sabe-se que a assistência social como política pública passou por enormes transformações nas últimas décadas, partindo do ideário assistencialista para o viés de política pública, tendo como proposta base definir as responsabilidades de cada ente federado e principalmente a profissionalização deste espaço.

A “assistência social” iniciou suas atividades, por assim dizer, como política de atendimento à população socialmente vulnerável após a revolução industrial, com insurgência das questões sociais. Neste momento da história, as pessoas deixaram a área rural e passaram a se aglomerar nas regiões urbanas, próximas as fábricas.

Tal movimento gerou demandas que precisavam ser atendidas tais como: abandono infantil, questões habitacionais/saneamento básico, atendimento de crianças, doenças, dentre outras. A sociedade precisou lidar com expressões da questão social, para tanto se organizou de forma voluntária através de unidades religiosas e “senhoras de bom coração”, sem profissionalização, sem organização hierárquica e dependiam exclusivamente de doações. O estado não intervinha, apenas observava.

Com o decorrer dos anos a assistência social começou a ser percebida como uma forma de atender a população vulnerável que gerava frutos não só para o atendido, mas também para o atendente. Pois acabava criando laços que possibilitavam o uso dessas na manutenção do poder político vigente, isto gerou interesse e tornou-a política pública.

Nesse contexto, pode-se perceber a evolução das políticas de atendimento e a instituição da profissionalização das “senhoras de caridade”, que passaram a ter formação específica e denominação para sua função: Assistentes Sociais.

Por muito tempo este profissional tomou para si a função de realizar o atendimento à população e administrar as políticas públicas oferecidas, utilizando-se de ajuda do voluntariado para este fim. Porém, esta mesma profissionalização possibilitou o conhecimento de teorias científicas, levando o profissional de serviço social a rever sua prática e a constituição profissional necessária para realizar os atendimentos e qualificá-los.

Toda esta discussão, a Constituição Federal (1988) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) geraram um movimento político que culminou com a implantação da Política Nacional de Assistência Social (2004) e com as Normas Operacionais Básicas (NOB) e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH), que inseriram legalmente outros profissionais como operadores da política pública no âmbito da assistência social.

Neste sentido, a proposta deste artigo é estudar o impacto destas mudanças na questão funcional dos operadores desta política, o impacto e as possibilidades para estes profissionais de trabalho interdisciplinar nas suas equipes de referência.

As participantes da coleta de dados da pesquisa foram assistentes sociais, pedagogas e psicólogas da Secretaria de Assistência Social do município de Maravilha/SC, escolhidas intencionalmente; e o instrumento utilizado foi um questionário com questões abertas.

Ao receber as respostas, elas foram analisadas e relacionadas com as leituras e reflexões feitas a partir das falas de autores utilizados no referencial teórico. Para preservação da identidade, os participantes desta pesquisa foram nomeados em suas formações (pedagogia, serviço social e psicologia) como 1,2 e 3.

Tal modelo de investigação permite obter dados e acesso a informações que possibilitam a descrição de situações, interações e comportamentos, uma vez que toda a pesquisa é feita em um espaço epistemológico e social.

2 QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES

A questão social e suas expressões surgiram da modificação do modo de produção de bens de consumo duráveis e não duráveis, portanto do capitalismo. A partir do momento que o homem deixou o campo e a modo de organização feudal passando a ocupar as cidades ao redor das “fábricas”, produzindo em longa escala, trouxe consigo problemas não antes existentes. Esses problemas foram denominados expressões da questão social.

Segundo Behring (2003) o capitalismo como modo de produção é o resultado de um processo histórico, no qual a lógica do valor organiza cada vez mais intensamente as relações sociais, políticas, econômicas e culturais em substituição às formas feudais de organização da sociedade.

Este modelo traz em seu seio a mão de obra como elemento crucial na produção de bens de consumo e conseqüentemente a obtenção de lucros. Para tanto os detentores deste meio de produção visam diminuir seus custos e aumentar seus ganhos. Nesse cenário surgem duas classes sociais: os proletariados (operários) e os burgueses (donos dos meios de produção).

Neste percalço a população torna-se vulnerável. Para Carvalho e Yamamoto (1983):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO; IYAMAMOTO, 1983, p.77)

Neste sentido, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção e suas expressões são objeto de trabalho das

políticas sociais. Por isso torna-se importante estudar estes dois conceitos visto que vamos adentrar no campo dos programas e projetos sociais.

2.1 CONSTRUÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

A assistência social foi vinculada historicamente ao assistencialismo, ao voluntariado e a caridade. De acordo com Yazbek (2004) a filantropia no Brasil faz parte de nossa história, sendo que a vinculação do setor privado na área social acontece a toda trajetória das políticas sociais brasileiras.

Neste caso, principalmente, através das entidades religiosas esta vinculação trouxe consequências principalmente no que refere a questão dos profissionais que prestam atendimento a esta demanda no decorrer de sua história.

Segundo Carvalho (1983) lembra-se que até dez anos atrás, pouco se falava em assistência social política, sendo que poucas pessoas no Brasil a identificavam como área de política pública. [...] O entendimento geral afirmava que a assistência social era coisa de solidariedade, era uma prática social da rede de solidariedade da sociedade civil, era sinônimo de mero assistencialismo (p.41).

Observa-se que a assistência social passou por um processo histórico de rompimento conceitual, buscando a desvinculação do voluntariado e do assistencialismo, e ganhou status de política pública no Brasil através do movimento constituinte e da promulgação da Constituição Federal de 1988. E em 1993 foi regulamentada através de lei específica, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742/93.

O LOAS estabelece objetivos, princípios, diretrizes, organização e gestão, para a implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, bem como as formas de financiamento da política de assistência social. Porém, inicialmente, não estabelecia ainda a padronização dos programas, projetos, ações, gestão, financiamento e composição da rede de atendimento técnico e profissional a esta política. Tal regulamentação ocorreu com o Política Nacional de Assistência Social e a NOB SUAS e NOB / RH nas décadas seguintes.

2.2 PERFIL PROFISSIONAL DA EQUIPE MÍNIMA

A implementação da Política Nacional e da Norma Operacional Básica da Assistência Social no ano de 2004 desencadeou a reorganização e a reestruturação das políticas sociais no

Brasil. Este processo impulsionou a instituição do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e com ele a constituição de um padrão para a rede de serviços sociais, para a base de financiamento e a descentralização da gestão e dos recursos.

Para tanto a política de assistência social passou a usar parâmetros padronizados de acordo com o número de habitantes do município (porte) e a gestão. O quadro apresenta a definição dos portes dos municípios.

Quadro 1: Classificação do porte populacional dos municípios

TABELA RESUMO - Classificação do porte populacional dos municípios		
Tipo	População mínima	População máxima
Pequeno porte 1	-	20.000
Pequeno porte 2	20.001	50.000
Médio porte	50.001	100.000
Grande porte	100.001	900.000
Metrópoles	900.001	-
Fonte: Sistema Único de Assistência Social - SUAS		

Fonte: Sistema Único de Assistência Social – SUAS

Conforme a Norma Operacional Básica da Assistência Social, os níveis de gestão são definidos da seguinte forma:

- I Gestão Inicial: Os municípios que não se habilitarem à gestão plena ou à básica receberão recursos da União, conforme série histórica, transformados em Piso Básico Transição e Piso de Transição de Média Complexidade e Piso de Alta Complexidade I, conforme estabelecido no item “Critério de transferência” desta Norma, por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social.

- II Gestão Básica: Nível em que o município assume a gestão da proteção social básica na Assistência Social, devendo o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município, prevenir situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Por isso, deve responsabilizar-se pela oferta de programas, projetos e serviços assistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e transferência de renda, e que vigiem direitos violados no território.

- III Gestão Plena: Nível em que o município tem a gestão total das ações de Assistência Social, sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEAS). O gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a

proteção social básica e especial em seu município, deve prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além de proteger as situações de violação de direitos ocorridas em seu município. Por isso deve responsabilizar-se pela oferta de programas, projetos e serviços que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e transferência de renda; que vigiem os direitos violados no território; que potencializem a função protetiva das famílias e a auto organização e conquista de autonomia de seus usuários. (NOB SUAS, 2004)

Seguindo estes parâmetros de porte e gestão os municípios passaram a reorganizar os serviços oferecidos de acordo com as proteções garantidas, bem como com as equipes que delas deviam fazer parte.

A proteção social básica é formada pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visam prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (NOB SUAS/2004). Na tabela a seguir vemos as categorias que compõem sua equipe básica:

Quadro 2: Categorias que compõem a equipe de referência dos CRAS

CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: RESOLUÇÃO Nº 17, 20/07 de 2011

A Proteção Social Especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. No quadro observa-se como é composta sua equipe básica:

Quadro 3: Equipe de referência Proteção Social Especial

Municípios		Capacidade de Atendimento/Acompanhamento	Equipe de Referência
Porte	Nível de Gestão		
Pequeno Porte I, II e Médio Porte	Gestão inicial, Básica ou Plena	50 casos (famílias/indivíduos)	1 Coordenador 1 Assistente Social 1 Psicólogo 1 Advogado 2 Profissionais de nível superior ou médio 1 Auxiliar administrativo
Grande Porte, Metrópole e DF	Gestão inicial, Básica ou Plena	80 casos (famílias/indivíduos)	1 Coordenador 2 Assistentes Sociais 2 Psicólogos 1 Advogado 4 Profissionais de nível superior ou médio 2 Auxiliares Administrativos

Fonte: NOB-RH/SUAS: ANOTADA E COMENTADA

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade refere-se aos serviços de proteção integral (moradia, alimentação, higienização, trabalho protegido) para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. São eles: Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada), Trabalho Protegido. Abaixo tabela referente a composição de sua equipe básica:

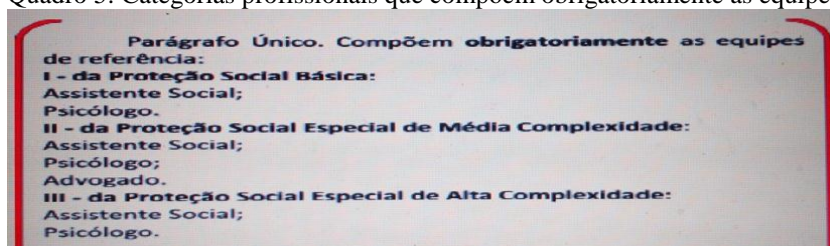
Quadro 4: Equipe básica da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Profissional/função	Escolaridade	Quantidade
Assistente social	Nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da alta complexidade para pequenos grupos.
Psicólogo	Nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da alta complexidade para pequenos grupos.

Fonte: NOB-RH/SUAS: ANOTADA E COMENTADA

Observamos que esta é a equipe básica vinculada ao órgão gestor. Sendo vinculados também aos serviços de acordo com sua instituição: coordenador, monitor, educador. Cabe citar que em 2011 através de uma resolução houve atualização da NOB SUAS/RH que tornou obrigatório alguns perfis profissionais em todos os níveis de proteção conforme quadro abaixo.

Quadro 5: Categorias profissionais que compõem obrigatoriamente as equipes de referência



<p>Parágrafo Único. Compõem obrigatoriamente as equipes de referência:</p> <p>I - da Proteção Social Básica: Assistente Social; Psicólogo.</p> <p>II - da Proteção Social Especial de Média Complexidade: Assistente Social; Psicólogo; Advogado.</p> <p>III - da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Assistente Social; Psicólogo.</p>
--

Fonte: Atualização da NOB-RH/SUAS, Resolução nº 17 CNAS – 20/06/2011

2.3 INTERDISCIPLINARIEDADE E O TRABALHO NA ÁREA SOCIAL

Como dialogamos inicialmente neste artigo as políticas públicas sociais trabalham com a questão social e as suas expressões. Pode-se dizer que atualmente as demandas desta área são consequências de fenômenos existentes em nossa sociedade, portanto devem ser analisados em sua complexidade, levando em conta sua contextualização.

A especialidade do conhecimento extrai o objeto de campo das relações, desconsiderando a relação parte-todo, ao mesmo tempo em que descarta a multidimensionalidade própria dos fenômenos. A mesma separa, isola e fragmenta os problemas reduzindo a compreensão dos fenômenos em questão.

Tratando-se de práticas sociais observa-se um crescimento enorme com relação à atuação de práticas interdisciplinares entre as diversas áreas dos saberes, trabalhando numa perspectiva de troca e complementaridade dos conhecimentos. Principalmente após o Plano Nacional de Assistência Social e principalmente a NOB RH, que instituiu equipes mínimas de profissionais na área em foco visando com isto um trabalho interdisciplinar.

De acordo com Bragaglia (2005, pág. 33) “a prática interdisciplinar busca conciliar à prática profissional, saberes diversos, reintegrando os elementos que formam o contexto em que vivemos bem como suas respectivas configurações.” Portanto, para atingirmos uma postura interdisciplinar devemos desvelar o aparente, ou seja, o que nos chega através das demandas, mas ainda conhece-las para além daquilo que elas nos mostram.

Os profissionais da área social que se insiram em uma equipe interdisciplinar, devem ter consciência da importância e necessidade da troca de saberes, sempre numa perspectiva de aceitação do outro como legítimo. Esta troca de saberes deve estar embasada em um referencial teórico, que não restrinja o olhar diante da realidade, mas que dialogue com os diversos saberes.

Assim, interdisciplinaridade implica mais que uma troca de saberes, é quebrar preconceitos enraizados em nossa formação acadêmica, bem como em nosso campo de

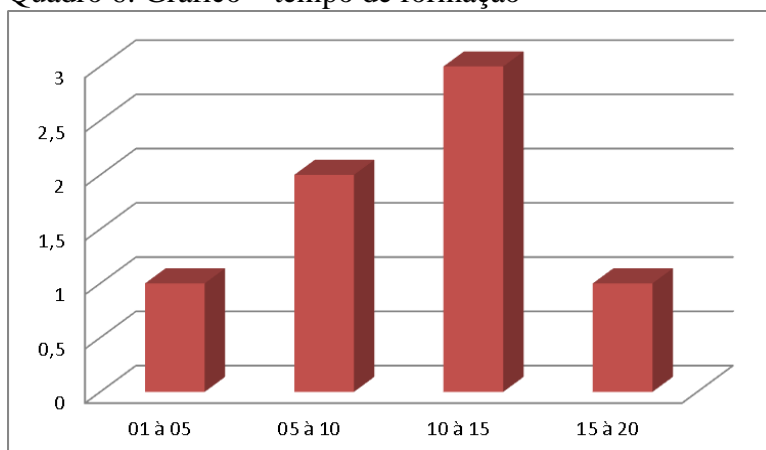
atuação profissional, é se reconhecer como um ser incompleto, aceitar e dialogar tornando o saber legítimo da prática interdisciplinar.

3 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Para realização da pesquisa foram entrevistados 7 profissionais que compõem a equipe da Secretaria de Assistência Social de Maravilha/SC, em dois programas específicos: CRAS e CREAS. A escolha destes profissionais figurou de acordo com a maior representatividade dos mesmos junto a equipe. Ficando assim composta: 03 assistentes sociais, 02 psicólogas e 02 pedagogas.

Tais profissionais fazem parte das equipes da proteção básica, proteção média e alta complexidade. Inicialmente buscou-se saber qual o tempo de formação desses profissionais. O tempo de formação versa conforme o “Gráfico – tempo de formação”:

Quadro 6: Gráfico – tempo de formação

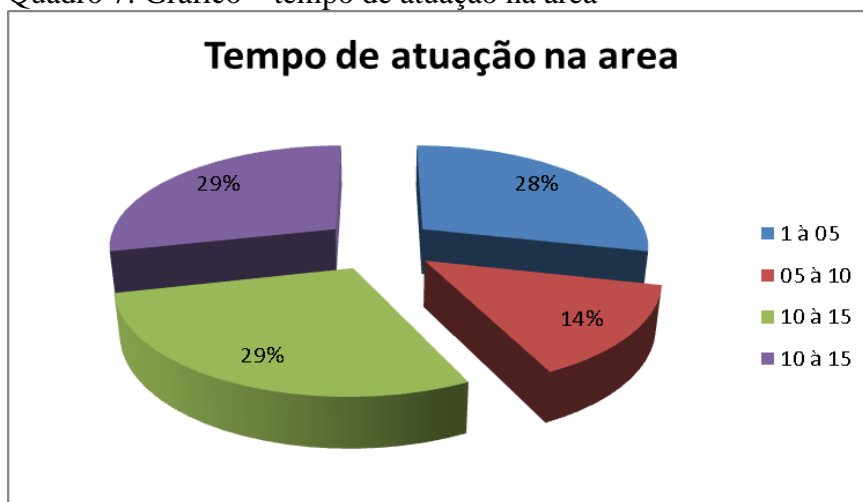


Fonte: A autora.

É possível perceber que a grande maioria tem de 10 a 15 anos de formação na área de atuação, isto pode significar algum tempo de experiência na área de formação, bem como também pode representar uma defasagem no conhecimento quando não há cursos de capacitação posterior.

Ao relacionar o tempo de formação com a experiência verificou-se pelos dados coletados que a mesma não acompanha o tempo de formação dos profissionais. Conforme apresenta o gráfico abaixo.

Quadro 7: Gráfico – tempo de atuação na área



Fonte: A autora.

A equipe apresenta em média 5 anos de atuação na área de formação. Portanto tendo entrado em contato com o fazer profissional recentemente, após a instituição do SUAS e de suas normas, mais com formação anterior ao mesmo. Não tido, portanto contato com suas teorias no momento acadêmico, somente no fazer profissional.

Observa-se também que a forma de vínculo destes profissionais em grande parte é composta pessoas contratadas de forma temporária: 05 temporários e 02 efetivos. Podemos relacionar isto com a falta ainda da regulamentação da efetividade dos profissionais no âmbito do SUAS. Segundo as normativas, NOB-SUAS/RH, deveria ser realizado concurso público para contratação das equipes básicas nos níveis de proteção.

IV – EQUIPES DE REFERÊNCIA

Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. (NOB-SUAS/RH pg. 12)

Observa-se que no município a uma lei específica para estas contratações no âmbito da Assistência Social, esta legislação (Lei 032/2010) não prevê a realização de concursos públicos, mais sim de testes seletivos. Ambos os profissionais efetivos foram remanejados de outros setores.

Este dado é de importante análise, pois se os profissionais são contratados temporariamente não há continuidade dos serviços, havendo rotatividade destes de dois em dois anos. O que não é a proposta do Sistema Único de Assistência Social, que configura-se

na efetivação da política pública de Assistência Social criando e instituindo referencias e identidades para o publico alvo de suas ações.

Outra questão pesquisada foram quais as demais experiências profissionais da equipe. Observa-se a não experiência na área da assistência social: 01 trabalhou em empresa familiar, 03 na área da educação e duas na área da saúde, portanto também adentraram na referida política sem conhecimento prévio.

Então o que definiu a escolha destes profissionais pela área que agora estão inseridos? Quando indagados sobre o motivo da escolha: três referiram que buscaram uma nova área para desenvolverem suas atividades profissionais, 03 por gostarem desta temática e 01 para modificar a realidade. Observa-se que os profissionais adentraram motivados em atuar nas temáticas relativas as questões sociais, mesmo sem muito conhecimento prévio.

E como a formação acadêmica destes possibilitou conhecimento para atuar na área em que trabalha atualmente? Segundo as entrevistadas durante a formação acadêmica tiveram algumas disciplinas que indiretamente trabalhavam a temática social, possibilitando um norte nas ações. Sendo que as capacitações posteriores ao teste ou a suas transferências contribuíram para ativar o conhecimento já obtido no meio acadêmico para pratica.

Neste ponto passamos para perguntas mais especificas relacionada com a atuação na equipe, a primeira pontou como que cada uma definiria sua função na equipe. Para analisarmos as mesmas separamos as respostas por área de formação.

Pedagogas:

“Parte Integrante” (Pedagoga 01)

“Sou colaborativa, participativa, procuro sempre estar informada dos casos e acontecimentos, sempre buscando auxiliar a todos. Minha função é muito importante, pois vem de encontro a ajudar a sanar as necessidades da função exigida pela instituição.” (Pedagoga 02)

Psicólogas:

“Uma peça da engrenagem, fundamental como todas as outras” (Psicóloga 01)

“Minha função na equipe implica um olhar para os aspectos psicológicos das problemáticas apresentadas pelos usuários, bem com a intervenção psicológica para diminuir ou solucionar as situações de violações de direito apresentadas e seus danos, contribuindo para o fortalecimento das famílias no desempenho de sua função protetiva.” (Psicóloga 02)

Assistentes Sociais:

“Importante para troca de saberes” (Assistente Social 01)

“(suprimido o início pois identificava a profissional)... auxiliando a equipe nas discussões de trabalho, na organização de ações, planejamento e demais necessidades da equipe” (Assistente Social 02)

“Acabo sendo uma ponte de ligação referente as pessoas e casos atendidos. Percebo que também em muitas coisas, acabo tomando iniciativas para que determinados trabalhos acontecem” (Assistente Social 03)

Quando indagadas: “Você considera que consegue realizar um trabalho interdisciplinar? Se sim como ele ocorre ou como você o desenvolve?”, as respostas foram:

Pedagogas:

“Sim. Pois não podemos trabalhar na área social ou educação e ter um pensamento separado, tudo precisa ser interligado, em equipe.” (Pedagoga 01)

“Sim, por isso trabalhamos em equipe. A interdisciplinaridade se dá, pois não execução requer o trabalho de uma pedagoga, mais discutimos coletivamente as problemáticas e possíveis soluções, para o bom andamento do trabalho e da equipe precisamos nos doar mais, ajudar o colega entende o que acontece neste trabalho e como realizá-lo.” (Pedagoga 02)

Psicólogas:

“Sim, pois o conhecimento da assistente social, da pedagoga e de todos os integrantes da equipe.” (Psicóloga 01)

“Sempre procuramos realizar um trabalho interdisciplinar, fazendo atendimentos com os profissionais de diferentes áreas, discutindo casos em equipe, através de atendimento as famílias e aos grupos. Cabe ainda ressaltar que os trabalhos com grupos facilitam o trabalho interdisciplinar, possibilitando a intervenção de dois ou mais profissionais de diferentes áreas concomitantemente.” (Psicóloga 02)

Assistentes Sociais:

“Ele ocorre através da troca de conhecimentos, pois um trabalho interdisciplinar só se desenvolve quando áreas distintas trocam saberes e formulam juntos um plano de trabalho com o objetivo único a solução da problematização.” (Assistente Social 01)

“Sim. Grande parte dos atendimentos e visitas domiciliares realizamos em conjunto no mínimo duas profissionais e muitas vezes três.” (Assistente Social 02)

“Sim. Pois é necessário interagir com toda equipe, discutindo, avaliando as ações e procurando alternativas de melhorar o trabalho.” (Assistente Social 03)

Verificou-se, a partir das respostas, que todas as profissionais conseguem realizar um trabalho interdisciplinar, que as atividades são realizadas em conjunto. Destaca-se, nesse sentido, a fala da psicóloga 02 que ressalta a importância para o trabalho disciplinar dos grupos, pois nele geralmente dois profissionais intervêm conjuntamente.

Então, partiu-se para a próxima indagação que de certa forma apresenta particularidades do grupo, e por que as respostas pontuam que 100% da equipe consegue realizar um trabalho interdisciplinar.

Em relação à opinião delas sobre o que poderia estar dificultando a realização do trabalho de forma interdisciplinar e se estaria ocorrendo na equipe da qual fazem parte, as respostas obtidas foram:

Pedagogas:

“Não observo dificuldades.” (Pedagoga 01)

“Observo dificuldades, quando a equipe não fala mesma língua, quando temos dificuldades de relacionamento, pois um complementa o trabalho do outro. Não observo isso na nossa equipe.” (Pedagoga 02)

Psicólogas:

“A postura de cada profissional, a falta de comunicação e humildade. É preciso Harmonia e respeito entre todos.” (Psicólogas 01)

“Ainda encontramos algumas dificuldades no desenvolvimento do trabalho interdisciplinar principalmente em algumas situações algumas colegas não percebem a importância que este trabalho pode ter.” (Psicóloga 02)

Assistentes Sociais:

“A não aceitação de que cada saber se difere e que na diferença deve-se contribuir um novo olhar sobre o problema.” (Assistente Social 01)

“O que pode dificultar é quando um profissional não manifesta vontade para realizar trabalho em conjunto, fechando-se para opiniões das colegas ou até desconsiderá-las. Quando a pessoa acha que vale mais que a outra, que possui conhecimento maior ou que sua profissão é mais importante.” (Assistente Social 02)

“Fatores como falta de diálogo, divergências de opiniões, dentre outros. Acredito que todo trabalho em equipe em determinado momento passe por desgastes e conflitos, pois relações pessoais e saberes não são estáticos e sofrem influências e mudanças.” (Assistente Social 03)

Constatou-se, a partir da releitura das respostas, que o fator decisivo para que ocorra um trabalho em equipe de forma interdisciplinar é a forma como esta equipe se organiza, incluindo ou excluindo seus membros, a sua integração para realização do trabalho, a aceitação do diferente, ultrapassando um pouco dos limites profissionais e os intercalando com as questões pessoais e formativas de cada um. Um grupo considerado maduro e coeso consegue trabalhar estas dificuldades.

Para visualizar esta coesão do grupo, a absorção e a troca de saberes, questionou-se sobre o que a interdisciplinaridade pode possibilitar:

Pedagogas:

“Um olhar diferenciado.” (Pedagoga 01)

“Mais conhecimento, a interdisciplinaridade se dá quando em equipe conseguimos nos ajudar mutuamente, contribuindo para a constituição de novas formas de trabalho.” (Pedagoga 02)

Psicólogas:

“Amplia muito as possibilidades de atuação e ainda promove o crescimento profissional dos que fazem a ponte.” (Psicóloga 01)

“O trabalho interdisciplinar pode proporcionar o rompimento das estruturas fechadas das diferentes áreas do saber para alcançar uma visão unitária e comum dos sujeitos e famílias atendidas, possibilitando intervenções mais adequadas e eficazes.” (Psicóloga 02)

Assistentes Sociais:

“Novos aprendizados, novas experiências.” (Assistente Social 01)

“O trabalho interdisciplinar possui uma grande riqueza. Uma área sozinha é sempre incompleta, pois só o conhecimento é multiplicado e complementado através das partilhas, dos questionamentos, conflitos e contradições. Na medida em que os profissionais se abrem e buscam a contribuição dos outros membros da equipe, ampliam-se os horizontes e o trabalho será mais eficiente.” (Assistente Social 02)

“Proporciona riqueza de conhecimento e troca de experiências.” (Assistente Social 03)

Com as respostas da pesquisa observa-se que as equipes pontuaram questões referentes a realidade da assistência social tais como: pouco tempo de experiência na área, não tiveram na formação acadêmica disciplinas específicas para trabalhar o contexto social,

obtiveram este conhecimento através de capacitações posteriores oferecidas. Mas ao mesmo tempo sente-se parte de um todo, conseguem trabalhar interdisciplinarmente e trazer os diferentes saberes no dia a dia profissional.

Isso deve-se também as linhas de formação. Observa-se que, por exemplo, a pedagogia é a ciência da educação, e a formação de saberes ocorre em todos os espaços, pois é fruto da socialização do dia a dia, da miscigenação de ideias e conhecimentos. No social pensada como um processo de construção que integra, simultaneamente, diversos conhecimentos e promove o desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo e de sua comunidade, portanto sendo construído, culturalmente, a partir do contexto familiar e social.

Quando a educação é levada para o meio social aonde verifica-se que a sociedade moderna apresenta demandas de caráter social e educacional promovidas pelas expressões da questão social, ela perpassaram os limites formais do espaço escolar. Sendo o espaço da assistência social um ambiente propício para sua propagação.

O profissional de pedagogia, diante desse novo paradigma, numa sociedade em constante processo de transformação, é o profissional que, a cada dia mais, se enquadra para exercer essa função de socialização do conhecimento, “ocorrendo em muitos lugares, institucionalizados ou não, sob várias modalidades.” (LIBÂNEO, 2007, p. 26).

Neste sentido, o profissional de psicologia também é muito importante para a socialização do indivíduo, visto que este profissional estuda e atua na formação do Eu como protagonista da própria história. Assim, sua atuação na Assistência Social promove a formação libertadora do Eu. Observa-se como já explicitado por Botarelli (2008), os psicólogos estão atuando cada vez mais em políticas públicas, já que em 2005 foi consolidada sua participação no corpo técnico da equipe dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

CONCLUSÃO

Conclui-se, com o trabalho, que teoria e prática caminham juntas na busca de uma prática profissional qualitativa e que a interdisciplinaridade da equipe básica da Secretaria de Assistência Social de Maravilha/SC deve ser de comprometimento e responsabilidade de todos os profissionais que atuam na equipe. É necessária uma conscientização muito grande para que todos se sintam envolvidos neste processo de constantemente analisar, refletir e

melhorar as possibilidades do trabalho interdisciplinar da equipe básica, bem como os limites que devem ser superados.

O trabalho interdisciplinar é facilitado quando todos os profissionais da equipe básica (nos três níveis de proteção) da Secretaria de Assistência Social trabalham juntos, aceitando opiniões e sugestões positivas e negativas, desenvolvendo assim trabalhos de qualidade na socialização e interação dos indivíduos na sociedade no qual estão inseridos. Quando os profissionais se aproximam, fazem sua parte e reconhecem que todos tem sua importância nos trabalhos realizados pela equipe neste processo, há uma aproximação positiva que resulta num maior desempenho, por outro lado, quando há um baixo envolvimento poderá haver um risco maior para o fracasso dos trabalhos realizados pela Secretaria de Assistência Social.

O desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, suas possibilidades e limites, está inevitavelmente ligado ao comprometimento, responsabilidade e reconhecimento de todos os profissionais da equipe básica, ressaltando os entrevistados para este trabalho (assistentes sociais, psicólogas e pedagogas). Considera-se que cada profissional é autor e participante de sua própria história de vida, assim como da história e desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Secretaria de Assistência Social de Maravilha/SC.

E para que o processo interdisciplinar aconteça de maneira qualitativa é preciso que os planejamentos e as ações realizadas pela equipe de Assistência Social contemplem as reais necessidades da sociedade em que estão envolvidos. Por isso é de suma importância que se façam paradas para análises e reflexões acerca de como está o desenvolvimento dos trabalhos realizados e a aplicação de melhorias sempre que necessário, com vistas ao sentido perceptivo da intersetorialidade que corrobora com a interdisciplinaridade.

Cabe pontuar finalmente que mesmo a equipe atual informar estar integrada e observar-se que devido a esta integração o trabalho ocorre de forma interdisciplinar, observou-se durante a coleta de dados que a forma de contratação destes profissionais não possibilita a continuidade deste processo. A descontinuação do trabalho e a necessidade de reconstrução do mesmo ocorre todas as vezes em que a equipe passa por um novo processo de escolha de seus membros. Portanto a realização de concurso público na área social seria neste momento um limite, e se realizado uma possibilidade.

Como limite pode-se afirmar na esfera atual a troca constante de profissionais, e como possibilidade se houvesse efetivação dos mesmos a medida que possibilitaria a continuidade dos serviços oferecidos de maneira interdisciplinar, visto que os profissionais deixaram claro que quanto maior o entrosamento da equipe melhor o atendimento a demanda. Contudo

ressalta-se sobre o sentido real de comprometimento de cada profissional, com o propósito de fortalecer e dar efetividade ao atendimento das demandas requeridas pelos usuários das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Eduardo F; GOMES, Maria Elasir S. **A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos**. Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais, 1999.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAGAGLIA, Mônica. **Subsídios para práticas interdisciplinares**. In Edição especial Revista Opinio. Canoas: Editora ULBRA, 2005.

BRASIL. **Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social**. Textos de apoios. Governo do Paraná. Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, Curitiba, 1994.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução CNAS nº 109, de 11 de Novembro de 2009. **Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, DOU, nº 225, de 25 de novembro de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução CNAS Nº 17, – SUAS de 20 de junho de 2011. **Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: 2011.

Botarelli, A. (2008). O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis. Tese de Doutorado, Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de, São Paulo, São Paulo.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Góis, C. W. L. (1988). Reflexões sobre psicologia comunitária. Revista de Psicologia, Fortaleza, 6(2), 25-31

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Sawaia, B. B. (1998). **Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade**. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-53). Petrópolis, RJ: Vozes.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?** Teresinha, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após dez anos de LOAS**, In: **Serviço Social & Sociedade**, n 77, p.11 – 29, maio 2004, São Paulo: Cortez, 2004.